



**Diário Oficial**  
Municípios de Santa Catarina

Quinta-feira, 21 de dezembro de 2023 às 17:37, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 5456029: LEI Nº 4.846, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Balneário Camboriu

MUNICÍPIO

Balneário Camboriú



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:5456029>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA

**LEI Nº 4.846, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**“Estima a Receita e fixa a Despesa do  
Município de Balneário Camboriú  
para o Exercício Financeiro de 2024.”**

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú, para o exercício financeiro de 2024, em R\$ 1.830.702.970,66 (um bilhão, oitocentos e trinta milhões, setecentos e dois mil, novecentos e setenta reais e sessenta e seis centavos), compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal; e

II – o Orçamento da Seguridade Social.

**Parágrafo único.** Para efeitos deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social.

**CAPÍTULO II  
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I  
Da Estimativa da Receita**

**Art. 2º** A receita total estimada para o orçamento de 2024 é de em R\$ 1.830.702.970,66 (um bilhão, oitocentos e trinta milhões, setecentos e dois mil, novecentos e setenta reais e sessenta e seis centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sendo:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 1.528.491.201,00 (um bilhão, quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e um reais); e

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 302.211.769,66 (trezentos e dois milhões, duzentos e onze mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

**Art. 3º** A receita estimada será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, receitas patrimoniais, de serviços, demais receitas correntes e receitas de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada por categoria econômica e origem, conforme Anexo I desta Lei, e anexos da Lei Federal nº 4.320/1964, distribuída entre administração direta e indireta conforme a seguir:

I – Administração Direta:

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 1.350.245.100,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e cem reais);
- b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 55.165.000,00 (cinquenta e cinco milhões e cento e sessenta e cinco mil reais);
- c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 1.735.000,00 (um milhão e setecentos e trinta e cinco mil reais);
- d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 505.101,00 (quinhentos e cinco mil e cento e um reais);
- e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 2.120.000,00 (dois milhões e cento e vinte mil reais);
- h) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais);
- i) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 45.021.000,00 (quarenta e cinco milhões e vinte e um mil reais); e
- j) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

II – Administração Indireta:

- a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos: R\$ 245.311.769,66 (duzentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e onze mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos);
- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 125.669.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e seiscentos e sessenta e nove mil reais);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 1.065.000,00 (um milhão e sessenta e cinco mil reais);
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais); e
- e) Autarquia Municipal de Trânsito: R\$ 2.371.000,00 (dois milhões e trezentos e setenta e um mil reais).

Seção II  
Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** A despesa total fixada para o orçamento de 2024 é de R\$ 1.830.702.970,66 (um bilhão, oitocentos e trinta milhões, setecentos e dois mil, novecentos e setenta reais e sessenta e seis centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 1.283.504.314,66 (um bilhão, duzentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos); e

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 547.198.656,00 (quinhentos e quarenta e sete milhões, cento e noventa e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais).

**Art. 5º** A despesa fixada será realizada obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica da despesa, conforme demonstrado pelos Anexos I a X que integram e acompanham esta Lei.

**Parágrafo único.** A despesa será fixada entre as unidades gestoras da administração direta e indireta conforme demonstrado abaixo:

**I – Administração Direta:**

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 914.196.115,00 (novecentos e quatorze milhões, cento e noventa e seis mil e cento e quinze reais);
- b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 326.911.360,00 (trezentos e vinte e seis milhões, novecentos e onze mil e trezentos e sessenta reais);
- c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 7.855.000,00 (sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil reais);
- d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 3.009.101,00 (três milhões, nove mil e cento e um reais);
- e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 11.306.996,00 (onze milhões, trezentos e seis mil e novecentos e noventa e seis reais);
- f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais);
- g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 13.544.225,00 (treze milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e duzentos e vinte e cinco reais);
- h) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais);
- i) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 44.584.300,00 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e trezentos reais);
- j) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 4.011.500,00 (quatro milhões, onze mil e quinhentos reais); e
- k) Câmara Municipal: R\$ 33.065.000,00 (trinta e três milhões e sessenta e cinco mil reais).

**II – Administração Indireta:**

- a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais: R\$ 245.326.769,66 (duzentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos);
- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 169.580.000,00 (cento e sessenta e nove milhões e quinhentos e oitenta mil reais);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 9.678.000,00 (nove milhões e seiscentos e setenta e oito mil reais);
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 14.618.604,00 (quatorze milhões, seiscentos e dezoito mil e seiscentos e quatro reais); e
- e) Autarquia Municipal de Trânsito: R\$ 31.902.000,00 (trinta e um milhões, e novecentos e dois mil reais).

**CAPÍTULO III**  
**DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

**Art. 6º** Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, por decreto emitido pelo Poder Executivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

- I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – o excesso de arrecadação;

III – a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, desde que não comprometidas;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas.

**§ 1º** Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conjugando-se, ainda, o valor dos Restos a Pagar cancelados no exercício, observada a Destinação por Fonte de Recurso.

**§ 2º** Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins do inciso II deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência verificada no exercício. A apuração do excesso de arrecadação será realizada por fonte de recurso.

**§ 3º** A abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, será utilizada exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º, com a identificação da fonte de recurso, possibilitando a escrituração individualizada das fontes de recursos, em consonância com o inciso I do artigo 50 da mesma Lei.

**§ 4º** Excluem-se do limite disposto no caput deste artigo, a abertura de créditos adicionais decorrentes de Leis Municipais específicas, aprovadas no exercício.

**§ 5º** Os recursos recebidos provenientes de convênios não previstos no orçamento da Receita, quando estritamente relacionado ao objeto do convênio, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fontes de recurso para abertura de crédito adicional, ainda que o quadro de excesso de arrecadação se apresente aquém do estimado.

**§ 6º** A anulação total ou parcial de dotações orçamentárias é compatível com o disposto no § 10 do art. 165 da Constituição Federal, a fim de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no art. 6º desta Lei.

**Parágrafo único.** Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

**Art. 8º** O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos.

**Art. 9º** A reabertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício anterior, poderá ser efetivada no exercício financeiro seguinte, mediante ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 10.** Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes dispostos no demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024.

**§ 1º** A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivo contingente especificado no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

**§ 2º** Não se efetivando os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

**Art. 11.** Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú – BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

#### CAPÍTULO IV DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Art. 12.** Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação de operações de créditos.

**Parágrafo único.** A autorização de que trata este artigo fica condicionada ao limite de endividamento do Município e demais limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO V DA AUTORIZAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMOS, ACORDOS E CONVÊNIOS

**Art. 13.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, acordo, termo de parceria ou cooperação, desde que comprovado o interesse público municipal, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

**Art. 14.** O poder Executivo Municipal poderá firmar, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, convênio com outras esferas de governo, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros a instituições privadas sem fins lucrativos, educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Parágrafo único.** A transferência de recursos financeiros do tesouro municipal às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância dos artigos 37 e 38 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 16.** É parte integrante desta Lei, os seguintes Anexos:

I – Anexo I - Receita estimada por categoria econômica e origem dos recursos;

II – Anexo II - Classificação da despesa por órgão orçamentário;

III – Anexo III - Classificação da despesa por função de governo;

IV – Anexo IV - Classificação da despesa por programa de governo;

V – Anexo V - Receita de despesa por fonte de recursos;

VI – Anexo VI - Demonstrativo da evolução da receita;

VII – Anexo VII - Demonstrativo da evolução da despesa;

VIII – Anexo VIII - Planilha detalhada da despesa;

IX - Anexos da Lei Federal nº 4.320/1964:

a) Anexo 1 da Lei 4.320/6464 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

b) Anexo 2 da Lei 4.320/64 – Receitas Segundo as Categorias Econômicas;

c) Anexo 2 da Lei 4.320/64 – Despesas Segundo as Categorias Econômicas.

d) Anexo 6 da Lei 4.320/64 – Programa de Trabalho;

e) Anexo 7 da Lei 4.320/64 – Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções Subfunções e Programas por Projetos e Atividades;

f) Anexo 8 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Despesa por Funções Subfunções e Programas Conforme o Vinculo com os Recursos; e

g) Anexo 9 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Balneário Camboriú (SC), 21 de dezembro de 2023, 174º da Fundação, 59º da Emancipação.

FABRICIO JOSE SATIRO DE  
OLIVEIRA:97441805953

Assinado de forma digital por FABRICIO JOSE SATIRO DE  
OLIVEIRA:97441805953  
Dados: 2023.12.21 17:26:10 -03'00'

**FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**